Diálogo do Uso do Solo Mineiro

Diálogo de Campo - Resumo das Colideranças

12, 13 e 14 de fevereiro de 2025, presencial

Jacinto Moreira Lana, Jailma Soares, José Ângelo Paganini, Renata Campos, Sónia Carvalho Ribeiro, Thales Claussem Correa, Tiago Marcos de Almeida
(representantes do Grupo Consultivo presentes no Diálogo de Campo)

Introdução

O Diálogo do Uso do Solo (Land Use Dialogue - LUD) é uma iniciativa que visa promover a participação de múltiplas partes interessadas, com o propósito de reunir conhecimentos e liderar processos que influenciam em negócios responsáveis, melhorem a governança territorial e promovam o desenvolvimento inclusivo em paisagens relevantes.

A iniciativa já foi realizada em diversos países, incluindo Brasil, Gana, Uganda, República Democrática do Congo e Tanzânia. No Brasil, foi realizado pela primeira vez em 2016 na região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina e atualmente conta com seis iniciativas em andamento no país.

Na fase de Diálogo, são três estágios principais da iniciativa:

- Diálogo de Escopo;
- Diálogos de Campo e
- Oficina de Finalização.

Os principais resultados esperados incluem:

- Construção de um ambiente de confiança entre as lideranças locais;
- Promoção do engajamento das diversas partes interessadas, incluindo tomadores de decisão;
- Criação de um ambiente propício para o desenvolvimento e/ou fortalecimento de plataformas lideradas por atores locais (fóruns, alianças, coalizões, etc.);
- Impacto em políticas públicas locais e regionais.

O LUD foi concebido para apoiar processos multissetoriais e adaptativos de manejo do solo em paisagens estratégicas ao redor do mundo. A iniciativa se baseia na premissa de que, por meio do diálogo, pessoas e instituições podem desenvolver soluções sustentáveis, localmente orientadas e de longo prazo para os desafios enfrentados em cada território. Em vez de se

concentrar em um único debate sobre uma questão específica, o LUD propõe um processo contínuo e colaborativo para a tomada de decisões ambientais.

Esse modelo gera impactos concretos ao apoiar processos sociais que contribuem para iniciativas e políticas formais relacionadas à paisagem. O LUD possibilita debates que, muitas vezes, não ocorreriam em processos formais de tomada de decisão, funcionando como um espaço de governança que esclarece questões relevantes com os atores apropriados e orienta soluções. Além disso, ao longo do tempo, pode ajudar a estabelecer uma cultura de diálogo e troca de conhecimentos entre os envolvidos.

O processo LUD reúne diferentes atores para construir, de forma coletiva, uma visão de futuro para a paisagem e identificar estratégias para sua implementação. A partir dessa construção conjunta, os participantes podem definir objetivos, reconhecer desafios comuns e estabelecer compromissos.

O Diálogo do Uso do Solo se baseia em princípios compartilhados de diálogo e incentiva a manutenção de um processo contínuo de troca entre as partes interessadas, visando soluções sustentáveis e colaborativas para os desafios territoriais.

A Paisagem Escolhida: Entorno do Parque Estadual do Rio Doce

Para a implementação do Diálogo do Uso do Solo em Minas Gerais, a paisagem escolhida foi o entorno do Parque Estadual do Rio Doce (PERD). Esse território representa uma área de grande relevância ecológica, abrigando o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica no estado e desempenhando um papel fundamental na conservação da biodiversidade e na regulação dos recursos hídricos, sendo a primeira Unidade de Conservação (UC) criada no estado, abrigando o terceiro maior sistema lacustre do Brasil estabelecido como Sítio Ramsar em 2015[1,2]. Desde 1993, o parque é reconhecido como uma das zonas núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica devido sua importância para conservação da biodiversidade e demais recursos naturais.

O PERD está inserido na bacia do rio Doce, uma região que historicamente enfrenta desafios socioambientais relacionados à degradação florestal, uso inadequado do solo, conflitos fundiários e impactos de atividades econômicas, como a mineração e a agropecuária. Além disso, a recuperação ambiental e a restauração ecológica são temas prioritários nesse contexto, especialmente após os impactos do rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Para uma caracterização mais detalhada dessa paisagem chave, basta acessar a Nota Conceitual.

A escolha do entorno do PERD para o LUD se justifica pela necessidade de promover um diálogo estruturado entre diferentes atores locais, incluindo comunidades, setor produtivo, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa. O objetivo é construir soluções integradas que aliem a conservação ambiental ao desenvolvimento sustentável, buscando estratégias para a gestão territorial e o fortalecimento das iniciativas de restauração da paisagem.

Dessa forma, o LUD no entorno do Parque Estadual do Rio Doce se apresenta como uma oportunidade para fomentar o engajamento de múltiplas partes interessadas, ampliar a

[1] Rezende, C.L. *et al*. 2018. From hotspot to hopespot: An opportunity for the Brazilian Atlantic Forest. Perspectives in Ecology and Conservation 16, 208–214.
[2] Ribeiro, M.C. *et al*. 2009. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. Biological Conservation 142, 1141–1153.

governança ambiental e desenvolver mecanismos que garantam a resiliência ecológica e socioeconômica desse território estratégico.

A primeira etapa do Diálogo do Uso do Solo Mineiro ocorreu de forma online em agosto de 2022, onde, durante o Diálogo de Escopo foram levantados os principais desafios da paisagem posteriormente agrupados em quatro temáticas por ordem de prioridade:

1. expansão urbana sem planejamento, que inclui, por exemplo, a falta de ordenamento territorial e o parcelamento para fins urbanos na zona de amortecimento;
2. falta de monitoramento frequente da dinâmica do uso do solo, com mapas desatualizados dificultando o entendimento da dinâmica dos desmatamentos;
3. PERD pouco conhecido e desvalorizado havendo poucas iniciativas de educação ambiental;
4. participação social no PERD, que passa pela falta de reconhecimento por parte do PERD sobre a relevância das pessoas para o processo de conservação, a representação da população no Conselho Consultivo do PERD, entre outros aspectos.

A partir destes desafios prioritários foram mapeadas as informações e projetos existentes na paisagem foco e lacunas de informação.

Principais acontecimentos entre o Diálogo de Escopo e o Diálogo de Campo: entorno do PERD

Entre abril de 2023 e outubro de 2023, o Plano de Manejo do PERD passou por um processo de revisão e atualização que fez parte do escopo do Termo de Parceria firmado entre o Instituto Ekos Brasil e o Instituto Estadual de Florestas, sendo conduzida com base no Roteiro Metodológico do ICMBio.

Posteriormente, em outubro de 2023, durante a 90ª Reunião Ordinária da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), o plano de manejo revisado foi aprovado por unanimidade. Essa atualização fortaleceu as diretrizes de conservação e manejo sustentável do parque, além de aprimorar a integração com as comunidades do entorno.

Ainda entre a primeira e segunda etapas do LUD, houve um acordo para a criação de uma nova unidade de conservação na região da mata da Jacuba, um fragmento preservado de Mata Atlântica onde poderá ser implementado um corredor ecológico a conectado ao PERD, ampliando a área protegida e promovendo a conectividade entre habitats.

Além disso, reconhecendo a importância da participação comunitária na gestão ambiental, foram desenvolvidas estratégias para aprimorar a comunicação com as populações dos municípios do entorno do PERD. Essas ações incluíram a realização de oficinas, reuniões e programas educativos, visando sensibilizar e engajar as comunidades na conservação do parque e no uso sustentável dos recursos naturais.

Esses acontecimentos refletem um período de transformações significativas no entorno do Parque Estadual do Rio Doce. Assim, um novo desafio foi apontado pelo grupo consultivo da iniciativa para ser apreciado e validado pelos participantes durante a etapa de campo, sendo:

5. Conflito sobre entendimento da necessidade e tipos de uso da ponte queimada e estrada da ponte queimada que passa pelo interior do PERD.

A segunda etapa: Diálogo de Campo

A segunda etapa do Diálogo do Uso do Solo em Minas Gerais foi o Diálogo de Campo, que teve como principais objetivos:

- Promover a aprendizagem vivencial através da realização de diálogos de campo trazendo os aspectos relacionados aos desafios e oportunidades vislumbradas;
- Conversar com as partes interessadas da paisagem para ganhar entendimento das vivências associadas ao foco do diálogo.

Metodologia

Usando os princípios de operação do Guia do Diálogo do Uso do Solo, foram realizados três dias de reuniões que contaram com apresentações por parte da facilitação, visitas de campo, trabalho em grupos e discussões em plenária. Os principais resultados são apresentados a seguir.

Validação dos desafios prioritários

Durante o Diálogo de Campo, um dos principais resultados foi a validação dos desafios prioritários para a paisagem, realizada no primeiro dia por meio de trabalhos em grupo, compartilhamento de percepções e acordo final em plenária. Conforme apresentado anteriormente, houve um intervalo significativo entre o Diálogo de Escopo e o Diálogo de Campo, marcado por diversos acontecimentos relevantes na região como o processo de revisão do Plano de Manejo do PERD e outros, tornando-se essencial revisar os desafios previamente identificados. O objetivo era compreender se os desafios continuavam os mesmos ou se, diante das novas informações e mudanças no contexto da paisagem, seria necessário atualizá-los. Esse processo permitiu consolidar e ajustar os desafios à realidade atual, garantindo que os esforços para a construção da visão de paisagem sustentável estivessem alinhados com as demandas e preocupações mais recentes.

A partir dessa validação, os **cinco desafios prioritários foram mantidos**, mas diversas atualizações foram trazidas para entender o atual cenário:

1. **Expansão Urbana sem Planejamento**
    - Falta de ordenamento territorial (existe o PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado pega parte dos municípios do entorno do PERD, mas ainda não foi implementado).
    - Parcelamento para fins urbanos na zona de amortecimento.
    - Incongruências da legislação municipal com a estadual e federal.
    - Municípios em grande parte não possuem mais de 20 mil habitantes, desse modo não possuem obrigação de ter Plano Diretor, o que seria essencial para os municípios da Zona de Amortecimento. Entretanto, mesmo não havendo a obrigatoriedade do Plano Diretor, é importante haver uma legislação sobre uso e conservação do solo.
    - Intensificar e incrementar a presença Estado (Governos e legislativo) - Acrescentar judiciário / poder público.
    - Incrementar a participação social.

2. **Falta de monitoramento frequente da dinâmica do uso do solo**

- Mapas desatualizados de uso do solo: Entende-se atualmente que existem mapas atualizados, mas é necessária uma melhor divulgação de onde se conseguir e quem pode ter acesso. Novos trabalhos trouxeram mais material.
- Falta de monitoramento do uso e cobertura do solo para entender a dinâmica dos desmatamentos.
- Intensificar e incrementar a presença Estado (Governos e legislativo): municipalização das ações (não só legislação).

3. PERD pouco conhecido e desvalorizado

- PERD pouco conhecido e desvalorizado pelas comunidades do entorno e pelos municípios da zona de amortecimento.
- Poucas iniciativas para educação ambiental.
- Diálogo com as comunidades é essencial para que as pressões sejam diminuídas.
- Intensificar e incrementar a presença Estado (Governos e legislativo).
- Foi incluído nessa segunda etapa que é melhor promover o turismo ecológico, incluindo as comunidades do entorno (comunidades no centro).

4. Participação social no PERD

- A questão socioambiental precisa ser mais efetiva pelo IEF/PERD sobre a relevância das pessoas para o processo de conservação - pessoas da região como aliados nesta tarefa.
- Problema de representatividade no Conselho Consultivo do PERD (população não está tão representada e é necessário criar condições de participação): Foi atualizado que foram inseridas mais 2 vagas para pessoas da comunidade (mas ainda existe o desafio de ter proprietários com CAR / falta de CNPJ; melhor divulgar vagas para associações e moradores residentes do entorno).
- Falta reconhecer a heterogeneidade envolvida, aspecto ambiental, econômico e social.
- Falta conhecer quem de fato são os atores sociais, suas influências, expectativas e capacidades de intervir no território (mapeamento)
- Intensificar e incrementar a presença Estado (Governos e legislativo)

5. Melhor definir tipos de uso (e controles de uso) permitidos para a ponte queimada / estrada no interior do PERD

- Aprofundar debate sobre preservação e conservação.
- Social: pensar nas comunidades que usavam a ponte e podem voltar a utilizar.
- Questão política: analisar quem ganha, quem perde.
- Questão econômica: encarecimento de frete, quais tipos de veículos podem transitar?
- No Plano de Manejo estão definidos usos possíveis para a estrada, mas houve pressão política para mudanças.
- Com o uso definido o que é necessário é implementar controles e fiscalização.
- Ter posicionamento claro vindo do grupo consultivo do LUD sobre este tema.

Esses desafios continuam representam pontos críticos a serem enfrentados para garantir uma gestão territorial integrada e sustentável, considerando tanto os aspectos ambientais quanto sociais e econômicos da região. Portanto, tais desafios foram usados para guiar as discussões durante as visitas de campo que aconteceram no segundo dia.

Resumo das visitas de campo

Para as visitas de campo, foram escolhidos três lugares para que os participantes pudessem ouvir a perspectiva de várias partes interessadas que têm uma atuação na região. Para cada visita, desafios prioritários foram relacionados a fim de que os participantes pudessem vincular a aprendizagem das visitas com os objetivos do diálogo do uso do solo.

Local 1: Artesãs do Rio Doce, no distrito de Baixa Verde

Desafios relacionados: 3. PERD pouco conhecido e desvalorizado pelas comunidades do entorno; 4. Participação social no PERD.

As Artesãs do Rio Doce são um grupo de mulheres da comunidade de Baixa Verde, distrito do município de Dionísio, localizado no entorno do PERD, que surgiu inicialmente com poucas integrantes se reunindo esporadicamente no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). No entanto, a iniciativa ganhou força com a implementação de um projeto do Instituto Waitá, financiado pela Fundação Renova, que proporcionou capacitações em novas técnicas de artesanato. Essas técnicas ampliaram as possibilidades de produção artesanal, especialmente aquelas inspiradas na fauna e flora do PERD, agregando valor e identidade aos produtos. Apesar do encerramento do projeto, as Artesãs do Rio Doce mantém uma relação ativa com o Parque Estadual do Rio Doce por meio da equipe do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e dos grupos de pesquisa como Primatas Perdidos e Tatu Canastra, que têm incentivado o artesanato inspirado na fauna do parque. As artesãs reconhecem o potencial que o parque tem de ajudar a impulsionar suas vendas, especialmente em eventos ambientais, onde a procura por produtos exclusivos que remetem ao PERD tende a ser maior. No entanto, as artesãs ainda enfrentam desafios, como a ausência de um CNPJ, que limita o acesso a apoios institucionais, a participação em editais e a realização de grandes vendas que exigem emissão de nota fiscal eletrônica.

Outro ponto discutido foi a participação da comunidade nos eventos promovidos pelo PERD e as oportunidades para o turismo no entorno. Os moradores destacaram a necessidade de diversificar os atrativos dentro do parque, além da Lagoa Dom Helvécio, pois há outras lagoas na região utilizadas pela população local, como a que fica próxima à comunidade de Baixa Verde. No último ano, a celebração dos 80 anos do PERD trouxe uma série de eventos abertos ao público, incluindo atividades voltadas para crianças, o que ampliou significativamente a participação da população do entorno.

Por fim, reforçou-se a importância da continuidade e ampliação das ações de educação ambiental do parque, especialmente junto às escolas. Atualmente, alunos do 4º ano participam de visitas guiadas, onde percorrem pequenas trilhas e vivenciam a biodiversidade do PERD. Essas atividades são fundamentais para que as crianças cresçam reconhecendo a importância da preservação e do papel do parque na conservação ambiental.



Local 2: Áreas de parcelamento irregular do solo no limite do parque próximo à Cava Grande

Desafio relacionado: 1. Expansão urbana sem planejamento (impactos da pavimentação 760 (lado de Cava Grande) sobre a ZA (atropelamento de fauna, incêndios, parcelamento); 2. Falta do monitoramento frequente da dinâmica do uso do solo.

Nesta visita, discutiu-se a importância do planejamento na expansão urbana dos municípios, especialmente em áreas limítrofes ao PERD. A área em questão foi removida da zona de amortecimento na última atualização do plano de manejo; contudo, essa alteração não elimina os impactos potenciais decorrentes da proximidade com a unidade de conservação. No entanto, diversas outras áreas onde existe a expansão, estão incluídas na zona de amortecimento atual. Foi salientado que, dependendo do uso do solo e da conscientização dos moradores, a existência de parcelamentos próximos ao parque pode não ser problemática, desde que práticas sustentáveis sejam adotadas. Entretanto, a especulação imobiliária tem se intensificado no entorno do PERD, com a proliferação de loteamentos irregulares e invasões de áreas posteriormente comercializadas. Foi lembrado que, não é permitido o parcelamento de áreas menores que a Fração Mínima de Parcelamento (FMP), que varia conforme o município e é estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo na região de Cava Grande a FMP de cinco hectares. Porém, práticas ilegais têm sido observadas, especialmente após a pavimentação da LMG-760, que facilitou o acesso à região.

Quanto à falta de monitoramento frequente do uso do solo, discutiu-se que algumas organizações possuem mapas atualizados que poderiam ser utilizados, embora haja necessidade de maior divulgação sobre como acessar essas informações. Além disso, o monitoramento quase em tempo real do desmatamento, com resolução adequada para a região, permanece um desafio. Diante desse cenário, ressaltou-se a necessidade de um contato mais estreito entre os municípios do entorno para o planejamento e uso sustentável do solo, visando mitigar os impactos negativos sobre o PERD e promover o desenvolvimento ordenado da região.



Local 3: Ponte Queimada

Desafio relacionado: 5. Melhor definir tipos de uso (e controles de uso) permitidos para a ponte queimada / estrada no interior do PERD.

A visita à Ponte Queimada começou com um resgate histórico da estrutura, que já passou por diversas ressignificações ao longo do tempo. Originalmente, a ponte de madeira integrava a Estrada do Degredo, via utilizada para levar degredados para trabalharem na extração de ouro. Posteriormente, a empresa Acesita reformou a ponte para permitir a passagem de caminhões carregados de carvão. Em 1979, uma grande enchente do Rio Doce levou a estrutura, e, mais recentemente, a ponte foi novamente incendiada. Durante a visita, foram discutidos os desafios associados à gestão da estrada e da ponte dentro do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), especialmente no que diz respeito à necessidade de regulamentação dos usos e de reforço na fiscalização. Um dos principais pontos levantados foi a inoperância do Estado, evidenciada pela ausência de infraestrutura adequada para vigilância e pela falta de policiamento dentro do parque. Além disso, foram mencionados interesses imobiliários obscuros que pressionam pela liberação da estrada e do uso da ponte, sem que haja garantias de preservação ambiental e de controle adequado da área. Diante desse cenário, foi consenso entre os participantes que antes de qualquer definição sobre o uso da ponte e da estrada, é fundamental implementar medidas efetivas de vigilância e fiscalização. Para isso, foi sugerida a elaboração de um documento normativo que estabeleça regras claras e legalmente embasadas sobre o uso da via, evitando ocupações irregulares e degradação ambiental.

Outro ponto discutido foi a responsabilidade dos municípios na implementação das políticas públicas e no cumprimento dos acordos estabelecidos. Sem uma atuação eficaz das prefeituras, as medidas adotadas pelo parque tendem a perder efetividade.

Por fim, foi levantada a possibilidade de ressignificar a Ponte Queimada como um atrativo turístico histórico-cultural, valorizando seu papel na antiga Estrada do Degredo. A criação de um roteiro interpretativo poderia fortalecer a educação ambiental e cultural, ao mesmo tempo em que agregaria valor à experiência dos visitantes do parque.



Formação de uma visão comum da paisagem

Após trabalho em grupos para formar uma visão comum de uma paisagem sustentável e próspera em 10 anos, chegou-se em consenso na seguinte visão:

"Paisagem próspera integrando a conservação da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos em terras públicas e privadas com diferentes usos do solo compatíveis com o desenvolvimento socioeconômico em harmonia com a cultura local, envolvimento das populações do entorno, governos, sociedade civil, academia gerando benefícios para todos os seres vivos"

Soluções, estratégias e prioridades

Para concretizar essa visão da paisagem, durante trabalhos em grupos e posterior compartilhamento em plenária os participantes pensaram em soluções e estratégias para alcançar a visão de paisagem. As soluções e estratégias que estavam intimamente relacionadas entre si, foram agrupadas por temas conforme abaixo:

1. Governança e Planejamento Territorial

- Delimitar o território de abrangência para a visão de paisagem (detalhar o escopo definido na etapa do Diálogo de Escopo, que definiu um buffer de 10 km no entorno do PERD);
- Criar estrutura de governança;
- Revisão da legislação do uso do solo nos municípios do entorno do PERD;
- Integração das diferentes esferas do poder público para que agentes fiscais capacitados atuem no controle do uso do solo;

- Integração entre os municípios;
- Criação do Parque Estadual do Águas da Jacuba.

2. Conservação, Serviços Ecossistêmicos e Valorização Cultural

- Elaborar plano de ações
    - Fomentar ações para atingir os objetivos (ex: conservação da biodiversidade, restauração, redução de atropelamento de fauna, promoção de cadeias produtivas, harmonização com cultura local, melhorar o envolvimento das partes interessadas, etc.);
- Fomento de iniciativas e implementação de atividades que promovam o desenvolvimento socioeconômico integrado com a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos.
- Definir diretrizes para a revitalização da Ponte queimada, considerando seu contexto histórico, cultural e ambiental.
- Detalhamento do uso da estrada do Salão Dourado, visto que os usos descritos no plano de manejo são sucintos.

3. Turismo Sustentável e Infraestrutura

- Estruturação e divulgação de uma rede de experiências turísticas na região no entorno do PERD;
- Ampliar e otimizar o acesso e alcance aos atributos naturais do PERD nas zonas onde pode haver turismo (ex: Lagoa do Bispo, mais pontos de observação de aves, etc.);
- Melhorar a infraestrutura das comunidades - inserindo a identidade regional - para receber turistas (pousadas, restaurantes, etc.);
- Melhorar a estrutura do PERD para receber turistas (ex: camping);
- Comissão de turismo do PERD que atue em parceria com as agências locais;
- Inclusão do PERD em circuitos turísticos já existentes;
- Desenvolver novas atividades para valorizar o Portal do Macuco em Timóteo.

4. Educação, Comunicação e Articulação em Rede

- Fomento de iniciativas de educação ambiental;
- Continuação das ações de educação ambiental e elaboração de um plano integrado para unificar as atividades;
- Comunicação estratégica com a criação de uma plataforma de grande alcance com foco no turismo (criação de um aplicativo para conectar comércio local e iniciativas da região);
- Mapeamento de iniciativas existentes de turismo, empreendedorismo e projetos de empresas locais (conhecer os atores e projetos locais);
- Articulação em rede das partes interessadas.

5. Financiamento e Captação de Recursos

- Fomento a editais;
- Institucionalização das organizações locais para acesso aos recursos;
- Captar recursos para implementação das ações.

6. Políticas Públicas e Qualidade de Vida

- Integrar políticas públicas de saúde.

Também foi discutido que, as soluções e estratégias apresentadas, estruturadas a partir dos desafios identificados, representam insumos fundamentais para a construção de um **Plano de Ação**. Esse plano deverá considerar cada desafio de forma específica, garantindo abordagens direcionadas e eficazes, ao mesmo tempo em que integra ações transversais para promover sinergia entre os diferentes temas. Dessa forma, a governança, a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento socioeconômico, o turismo sustentável, a educação ambiental, a captação de recursos e a infraestrutura convergem para uma estratégia coesa e alinhada à visão de paisagem construída coletivamente.

Agenda do Diálogo de Campo

Dia 12 de fevereiro

13h40: Centro de Treinamento - Parque Estadual do Rio Doce

- Sobre o Diálogo do Uso do Solo, desafios e oportunidades vislumbrados na etapa anterior e porque a seleção da paisagem;
- Fala da gerência do PERD com atualizações: revisão do plano de manejo, plano de comunicação com o entorno, dentre outros;
- Validação dos desafios (baseline situation);
- Construção da visão de paisagem sustentável e próspera em 10 anos.

17h45: Encerramento

19h00: Jantar no restaurante do PERD

Dia 13 de fevereiro

08h00: Saída para diálogos de campo (ponto de encontro Centro de Treinamento PERD)

- Visita às artesãs do Rio Doce em Baixa Verde com a presença de outros membros da comunidade

11h00: Almoço em Cava Grande

12h00: Saída para diálogos de campo

- MG 760 em Cava Grande e Ponte Queimada

19h00: Jantar no restaurante do PERD

Dia 14 de fevereiro

08h30: Centro de Treinamento - Parque Estadual do Rio Doce

- Criação de visão compartilhada de paisagem;
- Principais Desafios;
- Soluções e estratégias para alcançar a visão de paisagem;
- Prioridades e recomendações;
- Próximos passos.

12h30: Encerramento

13h00: Almoço

14h30: Retorno para Belo Horizonte e demais cidades

Apoio:

A facilitação ficou por conta de Fernanda Rodrigues e Carolina Oliva Brasil (Diálogo Florestal).

Lista de Participantes

Salientamos que a participação em todas as etapas do Diálogo do Uso do Solo pode ser realizada enquanto pessoa física, e não necessariamente representa o posicionamento da instituição à qual a pessoa está vinculada profissionalmente.

Representante	**Instituição**
Alice Arantes Carneiro	Associação Amigos do Parque Estadual do Rio Doce
Daniel S. Vila Nova	APERAM
Dilcéia Martins da Silva Lana	Prefeitura de Marliéria
Diva da Luz Venancio	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Eliana Benedita Vasconcelos Souza	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Eliane Aparecida Freitas	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Elizabete Lino	AMDA
Fabricio Araujo de Castro e Silva	Prefeitura Marliéria
Fernanda Rodrigues	Diálogo Florestal
Flamínio Guerra	CBH-Doce
Flávia Maria de Castro Pereira	Prefeitura Dionísio
Francisco Valverde Filho	Prefeitura Timóteo
Ítallo de Andrade Campos	ARMVA
Jacinto Moreira Lana	Cenibra
Jailma Soares	IEF / PERD
Jane Aparecida da Silva	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
José Ângelo Paganini	Relictos
Juliana Jacome Gomes	Fundação APERAM
Laiza Maria Silva Dutra	Cáritas Diocesana / Comissão Pastoral da Terra - MG
Letícia Bandeira Rocha	Univale
Lucas Barreto	Projeto Tatu-Canastra
Maria Aparecida Calazans	Associação Chico Mendes II / Pingo D'Água

Maria Carolina Oliva Brasil	Diálogo Florestal
Maria Isabel Rodrigues e Carvalho	WAITÁ
Mariana Carvalho Machado Chaves	Prefeitura Timóteo
Marília Martins Aparecida da Silva	Univale / Emater
Maurício Ferreira	Daterras
Nair Augusta Lana Freitas	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Perpétua de Vasconcelos Carvalho	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Renata Bernardes F. Campos	Univale
Ricardo Coimbra e Silva	SPM Empreendimentos
Rosiene Aparecida Francisca	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Sandra A. Firmino	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Sandra Maria Vasconcelos	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Sonia Carvalho Ribeiro	UFMG
Suzy Avelino Trindade	Prefeitura Marliéria
Tatiana Cristina Guimarães Kaminski	Assessoria Técnica Cáritas Diocesana
Thales Claussem Correa	Cenibra
Tiago Marcos de Almeida	ArcelorMittal BioFlorestas
Vanessa Lopes	Primatas Perdidos
Vanilda de Souza Cabral Pinto	Artesãs do Rio Doce / Baixa Verde
Vinicius de Assis Moreira	IEF / PERD

Registros fotográficos: acervo do Diálogo Florestal.




